

ORGANIZADORES

Alexandre Correa Nasser de Melo
Juliana Biolchi

A NOVA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Análise e Configurações da Doutrina e Prática nos Tribunais

AUTORES

Adolfo Braga Neto, Alexandre Augusto Fiori de Tella, Alexandre Correa Nasser de Melo, Aline Mendes de Godoy, Artur Lopes, Beatriz Leite Kyrillos, Camila Crespi Castro, Clara Moreira Azzoni, Daniel Carnio Costa, Daniela Fabro, Eduardo Oliveira Agostinho, Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Fabiana Bruno Solano Pereira, Filipe Denki Belém Pacheco, Gabriel Penna Gomes, Henrique Tonucci de Cerqueira Oliveira, Humberto Lucas Almeida, João Pedro Scalzilli, Jorge Lucas de Oliveira, Juliana Biolchi, Kethelen Cristina Urbano, Leandro Rigueira Rennó Lima, Lilliane Midori Yshiba Michels, Livia Gavioli Machado, Marina Serachiani Clemente, Moacyr Lobato de Campos Filho, Ronaldo Vasconcelos, Tatiana Flores Gaspar Serafim, Thais D'Angelo da Silva Hanesaka, Thomas Benes Felsberg e Victoria Vaccari Villela Boacnin

PREFÁCIO DO MIN. RAUL ARAÚJO DO STJ

JURUÁ
EDITORA

Alexandre Correa Nasser de Melo
Juliana Biolchi
Organizadores

A NOVA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

**Análise e Configurações da Doutrina e Prática
nos Tribunais**

Colaboradores:

Adolfo Braga Neto	Humberto Lucas Almeida
Alexandre Augusto Fiori de Tella	João Pedro Scalzilli
Alexandre Correa Nasser de Melo	Jorge Lucas de Oliveira
Aline Mendes de Godoy	Juliana Biolchi
Artur Lopes	Kethelen Cristina Urbano
Beatriz Leite Kyrillos	Leandro Rigueira Rennó Lima
Camila Crespi Castro	Liliane Midori Yshiba Michels
Clara Moreira Azzoni	Livia Gavioli Machado
Daniel Carnio Costa	Marina Serachiani Clemente
Daniela Fabro	Moacyr Lobato de Campos Filho
Eduardo Oliveira Agostinho	Ronaldo Vasconcelos
Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos	Tatiana Flores Gaspar Serafim
Fabiana Bruno Solano Pereira	Thais D'Angelo da Silva Hanesaka
Filipe Denki Belém Pacheco	Thomas Benes Felsberg
Gabriel Penna Gomes	Victoria Vaccari Villela Boacnin
Henrique Tonucci de C. Oliveira	

Curitiba
Juruá Editora
2024

APRESENTAÇÃO

O projeto de organizar obra reunindo estudos que tratassem exclusivamente de Recuperação Extrajudicial, para os organizadores, revelou-se como passo natural, dado o compartilhado entusiasmo com o assunto central.

Mobilizar pessoas igualmente apaixonadas pelo assunto e dispostas a desbravar o terreno inédito do instrumento fez todo o sentido quando, ainda em 2022, propusemo-nos à instigante jornada.

A realidade se revelou mais desafiadora do que imaginávamos: navegar em águas desconhecidas é tarefa que requer um tipo de ânimo difícil de encontrar.

Por isso, a escrita, que já é um ato de coragem, abraça, neste caso, a incerteza do novo, o que amplia o mérito dos trabalhos que estão reunidos neste livro.

Sabemos que a Recuperação Extrajudicial foi prevista no texto original da Lei de Recuperação de Empresas, ainda, em 2005. Portanto, está perto de completar vinte anos de vigência.

Porém, ao mesmo tempo, mal compreendida e desconhecida da maioria dos operadores jurídicos, acabou sendo aplicada em pouquíssimos casos. Sua função, no sistema insolvencial brasileiro, não foi plenamente atingida.

Com a reforma da Lei de Recuperação de Empresas, pela Lei 14.112/2020, e todas as transformações havidas no pós-pandemia, a realidade dá sinais claros de transformação.

Segundo dados do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (OBRE)¹, os casos de Recuperação Extrajudicial dobraram em 2023. A modalidade judicial cresceu 69%, passando de 833 para

¹ Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (OBRE). Distribuição de Pedidos. Disponível em: <<https://www.obre.net.br/dados>>. Acesso em: 21 jan 2024.

1405 casos, segundo informações da Serasa Experian²; enquanto a extrajudicial aumentou 141%, subindo de 17 para 41 casos. Essa tendência tem sido constante desde a reforma: passamos de uma Recuperação Extrajudicial para cada 52 Recuperações Judiciais, em 2021; para uma para cada 49 RJs, em 2022; e, finalmente, uma para 34, em 2023. Embora os números absolutos ainda sejam tímidos, existe uma clara sinalização de mercado.

Curiosidade, interesse e desejo de ampliar o uso da ferramenta redundaram nesse feliz encontro entre os coautores, do qual a qualidade dos trabalhos é testemunha. Dotados do espírito de aventura que a matéria exige, sem temer poucas referências práticas e bibliográficas, posicionam-se como patrocinadores do futuro promissor que está reservado à Recuperação Extrajudicial.

Por isso, como organizadores, muito nos honra a tarefa de promover a reunião entre mentes brilhantes que se debruçaram sobre assuntos importantes como a transformação tecnológica e as possibilidades de ambientação das negociações com credores; a relação com a recuperação judicial; a possibilidade de utilização a mediação como catalisador para os casos de recuperação extrajudicial; o papel do Ministério Público nesta espécie processual; a conformidade; a relação com institutos estrangeiros; o papel do administrador judicial; as implicações relacionadas à alienação de ativos; o financiamento do devedor; a tutela dos interesses dos credores; os aspectos tributários relacionados à recuperação extra; e, por fim, os vieses estruturantes do processo.

Foram quase dois anos de cuidadosa curadoria, mediante reunião de textos, análises, troca de informações e ideias, que culminaram no primeiro livro inteiramente dedicado à Recuperação Extrajudicial, atualizado com as mudanças legislativas, disponível no mercado editorial brasileiro.

Por fim, o esforço literário foi consagrado pelo sensível prefácio de Sua Excelência, o Ministro Raul Araújo, operador jurídico tenaz e profundo conhecedor do sistema de crise brasileiro, que brinda a comunidade de operadores jurídicos com reflexões importantes sobre a linha editorial que construímos de forma colaborativa.

² Serasa Experian. Indicadores Econômicos: recuperações judiciais requeridas. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos>>. Acesso em 31 jan 2024.

Somos gratos e afortunados por termos sido agraciados com a confiança, o zelo e a dedicação dos coautores que ora assinam conosco esse estudo. A todos e a cada um, nossa eterna gratidão.

É inestimável sua contribuição para que, como esperamos, a Recuperação Extrajudicial se torne opção recorrente e viável nos projetos de reestruturação, o que virá para o bem da economia brasileira.

Juliana Biolchi
Alexandre Nasser de Melo

PREFÁCIO

Sob a autorizada organização dos Professores Alexandre Nasser de Melo e Juliana Della Valle Biolchi, a Juruá Editora nos traz esta valiosa coletânea tratando de recuperação extrajudicial, tema do maior relevo para a estabilidade econômica e o cenário jurídico do Brasil. O Título “A Nova Recuperação Extrajudicial” já anuncia o atualizado tratamento que se encontrará acerca da recuperação extrajudicial, levando em conta as significativas modernizações introduzidas pela Lei 14.112/2020 na Lei de Recuperação de Empresas e Falência, a Lei 11.101/2005.

Os procedimentos de insolvência desempenham papel fundamental na preservação da ordem econômica, na garantia de direitos e na manutenção do equilíbrio entre devedores e credores. A recuperação extrajudicial ascende em importância, pois tem sido muito mais utilizada após as mencionadas alterações legislativas promovidas pela Lei 14.112/2020. Cuida-se de meio eficaz e célere de enfrentamento das crises empresariais, cumprindo as funções de preservação da empresa em dificuldades, de manutenção de postos de trabalho e de circulação de riqueza.

Os temas criteriosamente selecionados e reunidos nesta Coleção ensinam ao leitor aprofundar o entendimento sobre a recuperação extrajudicial e sua evolução, constituindo um contributo relevante para o direito empresarial.

É essencial destacar o notável trabalho de organização e curadoria realizado por Alexandre Nasser de Melo e Juliana Della Valle Biolchi. Mercê de suas reputações consolidadas e vastas experiências na matéria, puderam agrupar uma combinada seleção dos principais assuntos. A capacidade de identificar trabalhos de grande significado, elaborados por destacados autores no campo do direito empresarial, foi essencial para se alcançar o elevado nível e qualidade do compêndio, juntando e harmonizando uma coleção de estudos de alto calibre, disponibilizando aos profissionais, estudiosos e demais interessados no campo da

recuperação extrajudicial qualificado e adensado conhecimento, tornando este livro uma referência valiosa e confiável sobre o instituto, que está em constante evolução.

*Com isso, o feliz leitor encontrará aqui apresentadas as seguintes abordagens, de essencial valor acadêmico e de notório interesse prático, com: **Artur Lopes e Juliana Della Valle Biolchi**, ONLINE DISPUTE RESOLUTION E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA SUPERAÇÃO DE CRISES; **Thomas Benes Felsberg e Victoria Vaccari Villela Boacnin**, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: GÊNERO E ESPÉCIE; **Adolfo Braga Neto e Alexandre Augusto Fiori de Tella**, MEDIAÇÃO – OPORTUNIDADE ÚNICA NO CONTEXTO DA INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL; **Leandro Rigueira Rennó Lima e Henrique Tonucci de C. Oliveira**, A MEDIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS: COMO, QUANDO E POR QUÊ; **Moacyr Lobato de Campos Filho e Kethelen Cristina Urbano**, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS; **Alexandre Correa Nasser de Melo e Humberto Lucas Almeida**, A TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: ANÁLISE DA APLICABILIDADE E A CONTROVÉRSIA SOBRE OS CRÉDITOS CONSTITUÍDOS NO PRAZO DE ADITAMENTO AO PEDIDO; **Aline Mendes de Godoy**, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E AS VARAS REGIONAIS ESPECIALIZADAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA; **Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos**, A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL; **Livia Gavioli Machado e Camila Crespi Castro**, COMPLIANCE NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL; **Ronaldo Vasconcelos e Thais D'Angelo da Silva Hanesaka**, A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E O PREPACKAGED CHAPTER 11: O QUE PODEMOS APRENDER COM A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA?; **Eduardo Oliveira Agostinho**, A NECESSÁRIA ESTRUTURA DE INCENTIVOS INDUTORA DA MUDANÇA CULTURAL SOBRE O INSUCESSO EMPRESARIAL COMO PRESSUPOSTO PARA QUE OS MECANISMOS DE PRÉ-INSOLVÊNCIA POSSAM AMPLIAR O SEU PAPEL DE INSTRUMENTOS APTOS AO TRATAMENTO TEMPESTIVO DOS RISCOS DE CRISE: uma análise a partir das expectativas trazidas pelo Codice Della Crisi Di Impresa e Dell'insolvenza, na Itália; **Clara Moreira Azzoni e Marina Serachiani Clemente**, ALIENAÇÃO DE ATIVOS NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: PROTEÇÃO CONTRA RISCO DE SUCESSÃO; **Daniel Carnio Costa e Liliane Midori Yshiba Michels**, A POSSI-*

BILIDADE DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS SEM O RISCO DE SUCESSÃO DE DÉBITOS NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL; Fabiana Bruno Solano Pereira e Beatriz Leite Kyrillos, O FINANCIAMENTO DIP NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL; Tatiana Flores Gaspar Serafim e Gabriel Penna Gomes, COMO TUTELAR O DIREITO DO CREDOR QUANDO HÁ ERRO NA SUA CLASSIFICAÇÃO E NOS VALORES INDICADOS PELO DEVEDOR QUE REQUEREU A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL? UMA VISÃO CRÍTICA, PROPOSITIVA E PRÁTICA; Filipe Denki Belém Pacheco e Jorge Lucas de Oliveira, TRATAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL; João Pedro Scalzilli e Daniela Fabro, A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO UM PROCESSO ESTRUTURAL.

Como se vê, cada um dos autores acima somados é um especialista na respectiva área de atuação e, juntos, proporcionam uma análise aprofundada e esclarecedora de tópicos que abrangem desde a inovação tecnológica na resolução de conflitos até o tratamento de créditos tributários em processos de insolvência. Os artigos não apenas exploram as complexidades legais, mas também apresentam reflexões sobre o papel da mediação, a intervenção do Ministério Público, a nomeação de administradores judiciais e o valor do compliance, além de estabelecer conexões com sistemas jurídicos internacionais.

A obra é, também, uma lembrança sobre a necessidade de diálogo constante entre o direito empresarial e o direito processual civil, evidenciando como ambas as áreas jurídicas estão intrinsecamente conectadas e como a conformação de suas práticas pode aprimorar o tratamento de sociedades empresárias em crise, alcançando-se maior segurança jurídica e eficácia nos procedimentos legais. A análise das implicações da tutela cautelar antecedente no procedimento de recuperação extrajudicial é um exemplo valioso de como a colaboração entre as fontes do direito pode resultar em eficazes soluções para as complexas questões que permeiam a insolvência empresarial. Além disso, o diálogo entre as áreas do direito empresarial e do direito processual civil, enseja a adoção de meios e adaptações institucionais cruciais para o aprimoramento do tratamento das questões de insolvência empresarial no contexto jurisdicional, como ilustra a abordagem sobre as varas regionais especializadas em recuperação de empresas.

Tem-se, assim, nos trabalhos aqui congregados instigante convite à reflexão e à aprendizagem para todos que se interessam pelo direito empresarial e pelos procedimentos de insolvência. A exploração dessas estimulantes páginas conduzirá à verticalização de análises detalha-

das de cada tópico abordado, com suas implicações científicas e efetivas, iluminando os caminhos para uma compreensão mais eficaz, justa e correta acerca da recuperação extrajudicial, beneficiando as empresas, os credores e a economia como um todo.

Este livro referencial servirá de guia para todos aqueles que buscam adequadas soluções para as crises empresariais, com a superação do desequilíbrio conjuntural e a retomada da estabilidade econômica, com predomínio dos melhores critérios de equidade e Justiça.

***Ministro Raul Araújo
Superior Tribunal de Justiça***

SOBRE OS AUTORES

Adolfo Braga Neto

Advogado graduado pela USP, Mestre em Direito pela PUC – SP, Mediador, Árbitro, Membro de Dispute Board, Presidente do Conselho de Administração do IMAB – Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, Coordenador das Comissões de Ética do CONIMA – Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem e do IBPC – Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas, Diretor do ISCT – Institute for The Study of Conflict Transformation e integrante da TASK FORCE IMAB de Mediação na Recuperação Empresarial.

Alexandre Augusto Fiori de Tella

Advogado graduado pela PUCCAMP; Mediador certificado pela Escola Paulista de Magistratura (EPM), e pela Suprema Corte do Estado do Missouri – EUA para casos civis; Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Paulista; LL.M. em Resolução de Disputas pela Faculdade de Direito da Universidade do Missouri – EUA; Doutorando em Ensino Superior e Resolução de Disputas pela Universidade do Missouri – EUA; e integrante da TASK FORCE IMAB de Mediação na Recuperação Empresarial.

Alexandre Correa Nasser de Melo

Advogado e Administrador Judicial. Mestre em Direito Empresarial e Cidadania. Coordenador e professor da Pós-Graduação de Recuperação de Empresas e Falência da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Membro do Grupo de Trabalho do CNMP para falências e recuperações empresariais. Representante da OABPR na Comissão Especial de Falência e Recuperação Judicial da OAB Federal. Exerceu o cargo de síndico, gestor judicial, liquidante ou administrador judicial em mais de uma centena de processos de insolvência. Sócio fundador da Nasser de Melo – Advogados Associados, escritório especializado em Direito Empresarial e da Credibilitã Administrações Judiciais, empresa focada em administração judicial, inventariança e perícia. Autor do livro Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, publicado pela Editora Juruá, atualmente em 5ª edição.

Aline Mendes de Godoy

Doutoranda em Direito Empresarial pela UNINOVE. Mestre em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Especialista em Direito e Gestão Judiciária pela Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina/SC. Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas/MG. Juíza de Direito de Santa Catarina.

Artur Lopes

Advogado com especialização em Direito tributário, atua como reestruturador operacional e financeiro há mais de 25 anos. Escritor, publicou três obras sobre o tema: “Quem matar na hora da crise”, “Negócios sem crise” e “Recuperação Judicial, um guia descomplicado para executivos e outros profissionais de negócio”. Foi sócio-fundador da consultoria Artur Lopes & Associados e é membro da TMA Brasil, representante brasileira da *Turnaround Management Association*.

Beatriz Leite Kyrillos

Advogada da equipe de Reestruturação e Insolvência do Felsberg Advogados. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Pós-Graduada em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Formada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Integrou a Comissão de Direito Falimentar e Recuperacional do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP.

Camila Crespi Castro

Advogada atuante nas áreas de Recuperação de Empresas e Falimentar, Direito Empresarial e Direito Internacional. Pós-graduada em Direito Constitucional pela Escola Paulista de Direito. Especialista em Reestruturação Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Law SP) e Pós-Graduada em Direito Societário pela PUC-SP. Membro da Comissão Permanente de Direito Falimentar e Recuperacional do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Membro efetivo do TMA-Brasil (Turnaround Management Association), associada à INSOL (International Association of Restructuring, Insolvency & Bankruptcy Professionals – Londres), IWIRC Brazil, e Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/SP (triênio 2022/2024).

Clara Moreira Azzoni

Sócia da área de insolvência do Felsberg Advogados. Mestre e doutora pela Universidade de São Paulo (USP), na área de direito processual/falimentar. Autora do livro “Fraude contra credores no processo falimentar”, pela Editora Juruá.

Daniel Carnio Costa

Advogado. Foi Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP. Professor de Direito Empresarial na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor do mestrado e do doutorado da UNINOVE/SP. Pós-Doutorado pela Universidade de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, França (sem tese). Doutor em Direito pela PUC-SP. Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP. Mestre em Direito Comparado pela Samford University, EUA. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Juiz Auxiliar a Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ (2018/2020). Juiz Auxiliar da Presidência do STJ (2020/2021). Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2021/2023). Membro do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF), instituído pelo CNJ. Membro do Grupo de Trabalho do CNJ para falências e recuperações empresariais. Membro da comissão de juristas do Ministério da Fazenda que elaborou o texto que alterou a Lei de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Daniela Fabro

Mestre em Direito Processual Civil pela UFRGS. Especialista em Direito Empresarial pela PUCRS. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela FMP. Advogada.

Eduardo Oliveira Agostinho

Professor Titular de Direito Empresarial no Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Direito da PUCPR. Doutor em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUCPR. Pesquisador visitante da Université Paris I – Panthéon-Sorbonne. Membro do Grupo de Estudos em Análise Econômica do Direito – GRAED da PUCPR. Advogado em Curitiba com atuação no campo do Direito Empresarial, sócio da NGA Advogados. <eduardo.agostinho@pucpr.br>.

Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos

Procurador de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutorando em Direito Empresarial pela UNINOVE. Palestrante nacional e internacional sobre insolvência. Professor convidado da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, da Escola Superior da Advocacia. Coautor de livros e artigos doutrinários na área falimentar.

Fabiana Solano

Formada pela PUC-SP em 1999 e tem LLM pela faculdade de direito de Stanford – EUA (2014). É sócia do Felsberg Advogados desde 2011. Foi foreign associate na área de insolvência do White & Case em Miami por 1,3 ano, após a conclusão do LLM, onde atuou em alguns Chapter 15 envolvendo empresas brasileiras. Atua ativamente na representação de devedores, credores e investidores em reestruturações privadas de dívidas e processos de recuperação judicial, extrajudicial e falências. Em mais de 20 anos de atuação, participou dos casos mais relevantes de insolvência do país desde a entrada em vigor da Lei 11.101/2005, alguns deles vencedores ou finalistas do prêmio Deal of the Year da publicação Latin Lawyer. Antes de se juntar à equipe de Reestruturação e Insolvência, coordenou a equipe de Contencioso e arbitragem do escritório.

Filipe Denki Belém Pacheco

Advogado e Administrador Judicial. Mestrando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Especialista em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial pela Universidade Anhanguera. Formação Executiva em Turnaround Management pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Diretor da Comissão Nacional de Recuperação de Empresas e Falência do Conselho Federal da OAB (triênio 2022/2024). Diretor do Instituto Brasileiro de Direito da Empresa – IBDE. Conselheiro/Diretor da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (triênio 2023/2025). Membro dos institutos de insolvência empresarial TMA, IBAJUD, INSOL e IBR. Professor de Direito da Insolvência na Escola Superior da Advocacia – OAB/GO e na Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás. Coordenador do Curso de Formação de Administradores Judiciais da ESMEG. Árbitro do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA. Membro do Comitê de M&A e Reestruturação de Empresas da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial Brasil – CAMARB. Palestrante em diversos eventos e autor de artigos e livros sobre a área de insolvência. Sócio do escritório Lara Martins Advogados.

Gabriel Penna Gomes

Advogado graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Henrique Tonucci de Cerqueira Oliveira

Advogado. Bacharel e especialista em Direito Processual Civil pela PUC Minas.

Humberto Lucas Almeida

Advogado atuante em Direito Empresarial, integrante da equipe de advogados da Credibilita Administrações Judiciais. Pós-graduado em Direito Empresarial na PUCPR e em Direito Aplicado na Escola da Magistratura do Paraná – EMAP.

João Pedro Scalzilli

Professor de Direito Empresarial da PUCRS. Doutor em Direito Comercial pela USP. Mestre em Direito Privado pela UFRGS. Advogado.

Jorge Lucas de Oliveira

Advogado e Administrador Judicial, membro do Núcleo de Recuperação de Empresas do Lara Martins Advogados. Ex-integrante do Núcleo de Falência e Recuperação Judicial da Procuradoria da Fazenda Nacional em Goiás (PFN/GO) e autor de artigos na área de insolvência empresarial/tributária.

Juliana Biolchi. Advogada

Mestre em Direito das Relações Sociais (UFPR) e em Direitos Humanos e Desenvolvimento (UPO/Espanha). Especialista em Direito Público (ULBRA) e em Direito Tributário (UFRGS). Diretora Geral da Biolchi Empresarial. Conselheira Independente. Coordenadora do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (OBRE). Membro do CON-TEC/Fiergs; IBGC; TMA; IWIRC; e CMR. Conselheira na CamCMR. Atua com revitalização de empresas em crise e é especialista em negociações complexas e em recuperação extrajudicial.

Kethelen Cristina Urbano

Assistente de gabinete no TJMG. Mediadora pelo IMA, com especialização em mediação empresarial pela mesma instituição, com aperfeiçoamento em conciliação e mediação pela EJEF/TJMG.

Leandro Rennó

Doutor em Direito. Professor da PUC Minas. Vice-presidente da CAMARB. Experiência como árbitro e mediador há mais de 20 anos.

Liliane Midori Yshiba Michels

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Especialista em Direito e Gestão Judiciária pela Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Especialista em Direito Público pela Universidade Gama Filho. Especialista em Falência e Recuperação de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Livia Gavioli Machado

Advogada e administradora judicial. Sócia da Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial, pós graduada em direito empresarial pela FGV, Diretora do IBDE, Conselheira da Comissão de Direito da Empresa do CRA/SP; Coordenadora da Comissão Direito Falimentar e Recuperacional do IASP; Membro da Comissão de Estudos em Recuperação Judicial e Falência da OAB/Campinas; Membro da Comissão Nacional de Direito Empresarial – OAB/Nacional; Membro da Comissão de Estudos em Recuperação Judicial e Falência da OAB/SP; Membro da Comissão de Estudos em Recuperação Judicial e Falência da OAB/São Bernardo do Campo; Membro da Comissão de Direito Bancário da OAB/SP; Membro da Comissão de Direito Falimentar do IBRADEMP, palestrante, autora de livros e artigos jurídicos.

Marina Serachiani Clemente

Associada ao Felsberg Advogados na equipe de insolvência. Formada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Pós-graduada *latu sensu* em Recuperação e reestruturação de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Moacyr Lobato de Campos Filho

Desembargador do TJMG, com assento na 21ª Câmara Cível Especializada. Mestre em Direito Comercial (UFMG) e Doutor em Direito Privado (PUC Minas). Professor de Direito Empresarial na PUC Minas.

Ronaldo Vasconcelos

Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre e Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (USP). Presidente da Comissão de Direito Falimentar e Recuperacional do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Sócio de VH Advogados.

Tatiana Flores

Advogada. Mestre e bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Sócia do L|DCM Advogados. Presidente do IWIRC-Brazil, braço brasileiro do International Women's in Restructuring Confederation (mandato 2023-2024). Diretora adjunta do Instituto Brasileiro de Estudos em Recuperação de Empresas – IBR.

Thais D'Angelo da Silva Hanesaka

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada em São Paulo/SP. Vice-Presidente da Comissão de Direito Falimentar e Recuperacional do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Sócia de VH Advogados.

SUMÁRIO

ONLINE DISPUTE RESOLUTION (ODR) E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA SUPERÇÃO DE CRISES.....25

Juliana Biolchi / Artur Lopes

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: GÊNERO E ESPÉCIE.....49

Thomas Benes Felsberg / Victoria Vaccari Villela Boacnin

MEDIAÇÃO: OPORTUNIDADE ÚNICA NO CONTEXTO DA INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL67

Adolfo Braga Neto / Alexandre Augusto Fiori de Tella

A MEDIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS: COMO, QUANDO E POR QUÊ87

Leandro Rigueira Rennó Lima / Henrique Tonucci de C. Oliveira

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....103

Moacyr Lobato de Campos Filho / Kethelen Cristina Urbano

A TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: ANÁLISE DA APLICABILIDADE E A CONTRO-VÉRSIA SOBRE OS CRÉDITOS CONSTITUÍDOS NO PRAZO DE ADITAMENTO AO PEDIDO115

Alexandre Correa Nasser de Melo / Humberto Lucas Almeida

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E AS VARAS REGIONAIS ESPECIALIZADAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRA-JUDICIAL E FALÊNCIA133

Aline Mendes de Godoy

A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL..... 153

Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos

COMPLIANCE NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL 169

Camila Crespi Castro / Livia Gavioli Machado

A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E O PREPACKAGED CHAPTER 11: O QUE PODEMOS APRENDER COM A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA? 183

Ronaldo Vasconcelos / Thais D'Angelo da Silva Hanesaka

A NECESSÁRIA ESTRUTURA DE INCENTIVOS INDUTORA DA MUDANÇA CULTURAL SOBRE O INSUCESSO EMPRESARIAL COMO PRESSUPOSTO PARA QUE OS MECANISMOS DE PRÉ-INSOLVÊNCIA POSSAM AMPLIAR O SEU PAPEL DE INSTRUMENTOS APTOS AO TRATAMENTO TEMPESTIVO DOS RISCOS DE CRISE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS EXPECTATIVAS TRAZIDAS PELO CODICE DELLA CRISI DI IMPRESA E DELL'INSOLVENZA, NA ITÁLIA..... 211

Eduardo Oliveira Agostinho

ADMINISTRADOR JUDICIAL EM PEDIDOS DE HOMOLOGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL 231

Alexandre Nasser de Melo / Humberto Lucas Almeida

ALIENAÇÃO DE ATIVOS NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: PROTEÇÃO CONTRA RISCO DE SUCESSÃO 255

Clara Moreira Azzoni / Marina Serachiani Clemente

A POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS SEM O RISCO DE SUCESSÃO DE DÉBITOS NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL . 277

Daniel Carnio Costa / Liliane Midori Yshiba Michels

O FINANCIAMENTO DIP NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL .. 303

Fabiana Bruno Solano Pereira / Beatriz Leite Kyrillos

**COMO TUTELAR O DIREITO DO CREDOR QUANDO HÁ ERRO
NA SUA CLASSIFICAÇÃO E NOS VALORES INDICADOS PELO
DEVEDOR QUE REQUEREU A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE
RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL? UMA VISÃO CRÍTICA,
PROPOSITIVA E PRÁTICA321**

Tatiana Flores Gaspar Serafim / Gabriel Penna Gomes

**TRATAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA RECUPERAÇÃO
EXTRAJUDICIAL.....347**

Filipe Denki Belém Pacheco / Jorge Lucas de Oliveira

**A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO UM PROCESSO
ESTRUTURAL361**

João Pedro Scalzilli / Daniela Fabro

ÍNDICE REMISSIVO.....379